

# A participação do general Rondon no combate aos revolucionários de 1924-1925

Antônio Ferreira Sobrinho<sup>a</sup>

**Resumo:** Esse trabalho tem por objetivo estudar a participação do general Cândido Mariano da Silva Rondon no comando das operações militares da Força Legal constituída em 1924-1925, para combater os rebeldes que faziam parte do “Movimento Tenentista”, oriundos das tropas amotinadas da cidade de São Paulo, que retraíram para o Oeste do Paraná (Coluna Paulista - 3.000 homens e 14 canhões), buscando se unir aos rebelados do Estado do Rio Grande do Sul (Coluna Gaúcha - 1.500 homens). Apresentaremos também, mesmo que de forma incipiente, as conjunturas política (República Velha), militar (tipo de guerra) e social (a sociedade e os tenentes) daquele período histórico, criando o que Leonor Arfuch chama de “espaço biográfico” necessário para destacar os aspectos mais importantes da atuação do general Rondon.

**Palavras-chave:** Rondon; Movimento Tenentista; operações militares.

## INTRODUÇÃO

A história de Cândido Mariano da Silva Rondon no papel de um comandante operacional não tem sido foco de pesquisas frequentes para os historiadores na academia. Mesmo dentro da instituição Exército Brasileiro, há poucos estudos ou pesquisas sobre a sua participação em combates no

decorrer de sua longa e brilhante carreira militar.

A fundamentação teórica utilizada na narrativa histórica desta biografia de Rondon como comandante operacional militar tem base no livro *O Espaço Biográfico: Dilemas da Subjetividade Contemporânea*<sup>1</sup>, da professora argentina Leonor Arfuch, que pesquisa o

---

<sup>a</sup> Coronel de Artilharia, associado titular emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



tema desde os anos 1990 a partir de um enfoque multidisciplinar.

Desenvolvemos um estudo, tanto da ação dos rebeldes como a da Força Legal, com destaque para as ações do exército e das milícias regionais, atuando sob a égide do Art. 14 da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891, que rezava “As forças de terra e mar são instituições nacionais permanentes, destinadas à defesa da Pátria no exterior e à manutenção das leis no interior”.

Os episódios vividos por Rondon foram, na realidade, a grande campanha militar levada a efeito, dentro de um novo sistema organizacional, doutrinário e profissional do Exército Brasileiro, que surgiu a partir da instalação da Missão Militar Francesa no Brasil<sup>2</sup>.

## **ESPAÇO BIOGRÁFICO DE RONDON NO AMBIENTE POLÍTICO E MILITAR DA ÉPOCA**

A década de 1920 foi marcada por rebeliões militares no Brasil.

Do governo de Epitácio Pessoa até a Revolução de 1930, ocorreu intensa agitação política, com confrontos, entre outros, de setores do exército contra oligarquias regionais.

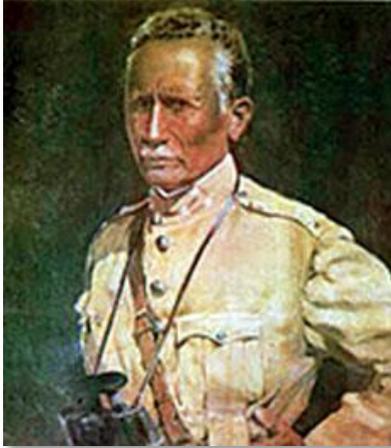
O Brasil passava por um período de crise econômica motivada pela queda nas exportações em decorrência da Primeira Guerra Mundial e sofria, também, com uma crise política gerada pela insatisfação de alguns grupos, que não concordavam com o poder concentrado apenas entre representantes de São Paulo e Minas Gerais, acusados de sustentar o protecionismo e os esquemas de valorização do café. Por esse motivo, a oposição aos partidos Republicanos paulista e mineiro formaram a Reação Republicana, integrada por grupos políticos do Rio Grande do Sul, da Bahia, de Pernambuco e do Rio de Janeiro.

No período compreendido de 1919 até 1925, Rondon, já no posto de general, vai vivenciar intensamente os acontecimentos desse lustro histórico, envolvendo-se e



sendo envolvido pelos seus principais atores.

Fig. 1 – General Rondon



Fonte: Exército Brasileiro.

Em 1919 é nomeado Diretor de Engenharia do Exército pelo ministro da Guerra Pandiá Calógeras, cumprindo um extenso programa de obras em todo o território nacional, que entrou para a história do exército como dos maiores e mais efetivos, basta ver a enorme quantidade de quartéis construídos naquele período e que permanecem até hoje com a marca “Pandiá Calógeras”, mas com a participação direta de Rondon nos resultados.

No final de 1921, Rondon é designado para servir na Missão Militar Francesa, contratada pelo exército para reformular o seu ensino e a instrução militar, estudando todos os problemas técnicos de que cogitava a Escola de Estado-Maior. O seu preparo como oficial general foi feito pelo próprio chefe da Missão. Ao final, participa da primeira manobra de tropa realizada no Brasil, com o emprego integrado de unidades de Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Aviação, como comandante da grande-unidade enquadrante dessas tropas, sob a orientação direta do general Maurice Gamelin.

No fim do governo do Presidente Epitácio Pessoa, agitavam-se violentamente as candidaturas às eleições presidenciais de Nilo Peçanha, apoiado pela Reação Republicana, e Arthur Bernardes, do Partido Republicano, atribuindo-se a este último a autoria de cartas altamente ofensivas ao Exército. Rondon é convidado pelo deputado Raul Soares para ser árbitro na questão dessas cartas políticas e declinou, argumentando por meio



da sua resoluta “convicção doutrinária, de razões de sentimentos, de educação e de hábitos que me afastam da política”.

O vencedor foi Bernardes, que tomou posse sob estado de sítio, com grupos militares não querendo deixá-lo assumir a presidência – fato que evidencia um estranhamento entre o presidente e algumas alas das forças armadas.

Novamente Rondon é conclamado a tomar partido, a se envolver no processo político, dessa feita em 1922, durante uma visita de inspeção aos quartéis do Rio Grande do Sul, acompanhando o ministro Pandiá Calógeras, e seu amigo capitão Rabello, que em missão especial buscava o seu apoio para derrubar o presidente Arthur Bernardes. Mais uma vez se posiciona “aderir à revolução é ir de encontro aos princípios que abraçamos, princípios que só visam ao bem da Pátria e da humanidade [...] o Exército, como o concebem os franceses, deve ser o grande mudo, pronto para se sacrificar pelo bem da Nação, sem contudo, intervir em

mesquinhas questões de política-gem”.

O jornal *Correio da Manhã*, o mesmo que levantara a questão das cartas falsas, passa a mover intensa campanha difamatória contra Rondon, distorcendo suas atitudes e envenenando a opinião pública contra ele, particularmente, após a publicação pelo Boletim do Exército de 15 de julho de 1922 do voto de louvor da Câmara dos Deputados, agradecendo-o em nome da Nação pela “dedicação fiel e a inexcusável lealdade com que se colocou ao lado das autoridades constituídas, em defesa da ordem legal, da constituição da República e da honra da Nação Brasileira [...]”.

Rondon era mal visto por muitos militares por não possuir espírito revolucionário e não tomar parte em intencões e motins. Para se defender, responde às acusações rebatendo item por item e provando a falsidade dos ataques, em um longo e detalhado “Documento para a História”.

Um dos opositores ao regime, o marechal Hermes da Fonseca, foi



preso em julho de 1922 após criticar iniciativas do governo. A reação a esse ato foi um movimento comandado por tenentes, quando algumas guarnições militares rebelaram-se, passando a combater tropas legalistas. Nessa ocasião, ocorreu o episódio dos “18 do Forte”, em Copacabana, no Rio de Janeiro, onde os revoltosos acabaram mortos ou feridos.

Os “tenentes” defendiam a purificação das instituições republicanas que acreditavam estar corrompidas, criticavam o sistema político vigente dominado pelos poderosos que oprimiam as aspirações populares e ignoravam os princípios republicanos presentes na Constituição brasileira. A agitação política continuou em 1923, no Rio Grande do Sul, enquanto o Governo Federal intervinha em governos estaduais dissidentes.

A rebelião “tenentista” ocorreu no ano de 1924, que eclodiu em cinco de julho com os levantes militares, nos quartéis localizados na cidade de São Paulo, disseminou-se por toda a região do interior, estendendo-se ao Oeste do Es-

tado do Paraná. Muitos civis comprometidos com a disputa política regional aderiram à causa rebelde.

A batalha por São Paulo foi tremenda, mas devido ao insucesso dos levantes nas outras guarnições (Mato Grosso, Sergipe, Pará e Amazonas) que deveriam acompanhar São Paulo, os revolucionários isolados decidiram abandonar a capital paulista em 28 de julho, protagonizando a mais espetacular retirada na história militar brasileira.

Retiraram-se três brigadas revolucionárias, sob comando dos tenentes-coronéis Bernardo Padihla, Olyntho de Mesquita e Miguel Costa, com um corpo de cavalaria sob comando do general João Francisco, seguindo para Bauru, Rio Paraná e Guaíra. Após conquistarem várias localidades da vasta região do extremo Oeste do Paraná, partiram rumo ao Leste, na expectativa de ocuparem Guarapuava e Ponta Grossa. Com esse intuito chegaram a Catanduvas, onde existia um posto telegráfico, importante e estratégico meio de comunicação, de onde passaram a



conduzir guerra de posições em extensas linhas, contra as numerosas forças fiéis ao governo.

Catanduvás tornou-se o baluarte da revolução. Sua localização, a cavaleiro da única via de penetração que de Guarapuava conduzia a Foz do Iguaçu, fechava a porta do Oeste paranaense. A posição defensiva estava apoiada no rio Adelaide e guarnecida pelas brigadas Bernardo Padilha e João Francisco. Na região de rio do Salto localizava-se o quartel-general (QG) e a Brigada Miguel Costa, reserva da Divisão Revolucionária.

Lá aguardariam a chegada dos revolucionários riograndenses, que, desde o final de outubro de 1924, haviam sublevado unidades militares do Oeste gaúcho apoiadas por civis organizados por chefes políticos locais e, assim, dariam novos rumos ao movimento. Para isso, os paulistas prepararam-se para o combate inevitável com as tropas legalistas que possuíam maior número de soldados e armamento.

## **A ATUAÇÃO DE RONDON NO COMBATE AOS REVOLTOSOS DE 1924-1925**

Os anos de 1923 e parte de 1924 encontram Rondon envolvido em viagens de inspeção das obras de engenharia militar e das linhas telegráficas, além de participar de diversas comissões típicas de um oficial general daquela época.

A 25 de setembro de 1924, Rondon foi designado pessoalmente por Artur Bernardes para chefiar o combate aos revoltosos, sendo nomeado comandante-em-chefe das forças governamentais, que atuavam no Paraná e em Santa Catarina, dando-lhe carta branca sobre a forma de dirigi-la. Para ele foi a missão mais difícil da sua vida: “Combater irmãos! Que dolorosa contingência para quem, como ele, vivera sempre embalado pelo sonho de merecer o nome de pacificador [...]”

A designação de Rondon, para o comando das forças governamentais foi uma clara forma de manipulação de seu prestígio. Se, de um lado, os revolucionários traziam



uma forte mensagem, com seu apelo moralista à renovação nacional, de outro, as tropas do governo estavam sob o comando do general Rondon, o herói da conquista do Oeste e da Amazônia.

Fig. 2 – General Rondon em operações contra os revoltosos



Fonte: Arquivo Histórico do Exército

Em 1º de outubro, Rondon assumiu o comando no QG da Força Legal na cidade de Ponta Grossa-PR. Passou imediatamente a montar os planos necessários à tomada de Catanduvas e a visitar os comandos de cada regimento e batalhão, inculcando-lhes a ideia de dar à

expedição o cunho de pacificação, de nunca se afastar do objetivo de reduzir ao mínimo, senão eliminar, as consequências de uma luta fratricida. Contava com 12 mil homens das diversas tropas legalistas contra os 3 mil rebeldes entrenchados na região da Serra do Medeiros.

O conjunto das forças legalistas era constituído de dois Destacamentos (Dst):

- Dst do Paraná - 13º Batalhão de Caçadores (BC), 13º Regimento de Infantaria (RI), 9ª Companhia de Metralhadoras Pesadas (Cia Mtr P), 10ª Cia Mtr P, 4º Regimento de Cavalaria Divisionário (RCD), 5º RCD, 9º Regimento de Artilharia Montada (RAM), 1º Grupo de Artilharia de Montanha, Batalhão de Polícia do Paraná e quatro batalhões de voluntários; sob o comando do coronel João Baptista Pires de Almada.

- Dst de Santa Catarina (9º BC, 8ª Cia Mtr P, 6º Regimento de Cavalaria Independente, 2º Grupo de Artilharia a Cavallo, 3º Grupo de Artilharia de Posição, um batalhão de polícia de Santa Catarina e dois



batalhões de polícia do Paraná); sob o comando do coronel Vasco Varella.

Existiam, ainda, à disposição do comando das forças legalistas outras unidades militares (10º BC, 2º BC, 7º RI, 5º RCD, 5º RAM e um batalhão da Força Pública de São Paulo), que no decorrer da campanha reforçaram os destacamentos.

Após concentrar tropas para o combate em Formigas, Rondon dividiu seus comandados em colunas para envolver os flancos do inimigo. Utilizava, principalmente, os efetivos dos regimentos de polícia estaduais, pois suspeitava da simpatia dos quadros do exército pela rebelião.

Assim, impedia o avanço das forças inimigas pela estrada, que, saindo também de Guarapuava, vinha em curva a Porto Mendes, passando por Piquery, deixando Catanduvas a sua esquerda. Nesta marcha de flanco procurava restringir as ações ofensivas rebeldes e ameaçava sua retaguarda, ocupando a fazenda de Campos Mourão em Piquery.

Os rebelados, na margem esquerda do Paraná, ocupavam os portos de Guaíra, Mendes, Santa Helena, Iguassu e intermediários; no interior estavam de posse da estrada carroçável que liga os portos já mencionados à Guarapuava no trecho até Catanduvas, e com patrulhas a léguas adiante próximo a Formigas.

Apesar do precário apoio logístico e das dificuldades no deslocamento das colunas, as forças policiais e do exército conseguem bater as tropas rebeldas, que se sustentam de forma incrível, agarrados nas trincheiras da Serra dos Medeiros e separados das tropas legalistas por apenas alguns quilômetros. Os enfrentamentos tornam-se inevitáveis, causando pesadas baixas de ambos os lados. As peças de artilharia repelem os ataques dos rebeldes paulistas contra as forças federais na região da Serra do Medeiros.

O desenrolar dos combates na região de Catanduvas é um misto da guerra de trincheiras nos moldes da Primeira Guerra Mundial, estática e com grande utilização de



canhões e metralhadoras em um martelar diuturno das posições inimigas, e também do uso constante de patrulhas e colunas em movimento para tentar enfraquecer o inimigo em um golpe na reta-

raná torna-se um mártir, seja pelos combates seja pelas características climáticas da região.

Os combates na região de Catanduvas se estendem até o final do mês de março de 1925. Após apro-

Fig. 3 – Artilharia das forças legalistas em posição na região de Catanduvas



Fonte: Arquivo Histórico do Exército

guarda. Os rebelados paulistas procuram economizar munição, pois não tem um sistema de abastecimento regular, dependendo da captura de armas, munições e demais equipamentos. Para os paulistas, a guerra de trincheiras no Pa-

ximadamente seis meses de combates em trincheiras e quase dez meses após a chegada ao território paranaense.

A esperança dos reforços do Rio Grande do Sul acaba com a chegada de aproximadamente 800



homens e mulheres, sem cavalos, sem equipamentos, armas ou munições, liderados pelo capitão do exército Luís Carlos Prestes. O comando rebelde decide que as tropas em Catanduvás devem segurar o grosso das tropas federais e o restante deve retornar para a região de Guaíra e de lá decidirem o que fazer após a retirada do estado do Paraná. O destino dos quatrocentos combatentes é a morte em combate ou a captura por parte das tropas federais.

O avanço de quatro mil soldados sob o comando de Rondon, aliado ao constante bombardeio da artilharia e fustigados pelas metralhadoras não deixa alternativa além da rendição. O dia 30 de março marca a rendição dos últimos combatentes em Catanduvás, ou melhor, dos últimos farrapos humanos que restaram a combater pelo ideal da revolução paulistana e o futuro desses homens em péssimas condições será o degredo na colônia militar de Clevelândia, no norte do país, dos quais menos de uma dezena vai retornar aos seus lares.

A luta de Rondon se encerrou, a 12 de junho de 1925, com a extinção do comando militar que combatera os rebeldes. Após o conflito, o general chegou a pensar em se recolher à vida familiar. Nas suas memórias, disse que se sentiu feliz ao pacificar o país poupando vidas, embora a luta no Paraná e em Santa Catarina tivesse produzido centenas de mortos entre as forças legalistas e rebeldes.

## CONCLUSÃO

À guisa de fechamento dos atos biográficos de Rondon, sob o enfoque de comandante de tropas em operações de combate, nesse conturbado período de tempo estudado da história política brasileira, podemos afirmar que:

- deixou um legado pessoal de firme defesa da ordem legal, da constituição da República, pronto para se sacrificar pelo bem da Nação, sem contudo, intervir em mesquinhas questões de politicagem;
- desempenhou o papel mais difícil da sua vida, combatendo



irmãos, sem perder a coerência de atitudes, os princípios e as crenças que ornavam o seu perfil militar;

- como comandante operacional organizou as unidades militares para o combate, utilizando o método de estudo de situação e a posterior definição das ações evidenciaram a aplicação dos conhecimentos bélicos aprendidos na Missão Militar francesa;

- no comando das Forças Legalistas cumpriu a missão para a qual foi designado, derrotando os rebeldes, retomando a posse do extremo Oeste do Estado do Paraná e reintegrando aquela região ao domínio do Estado brasileiro.

## BIBLIOGRAFIA

ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

GUIMARÃES, Júlio. *Rondon: o soldado pacificador*. Campo Grande: Pedro Alcântara Ltda, 1984.

VIVEIROS, Esther de. *Rondon conta sua vida*. Rio de Janeiro: Cooperativa Cultural dos Esperantistas, 1969.

ALVES, Martins. *As revoltas de 1924: o embrião da coluna Miguel Costa-Prestes*. Palestra proferida em julho de 2022 no Museu Histórico do Exército.

---

<sup>1</sup> ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

<sup>2</sup> ALVES, Martins. *As revoltas de 1924: o embrião da coluna Miguel Costa-Prestes*. Palestra proferida em julho de 2022 no Museu Histórico do Exército.